

## ENTRE TERRITORIALIZAÇÕES DE FAZERES: UMA CLÍNICA DA ATIVIDADE COM TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL<sup>1</sup>

### *BETWEEN TERRITORIALIZATIONS OF PRACTICES: ONE CLINIC OF ACTIVITY WITH MENTAL HEALTH WORKERS*

VERA LÚCIA INÁCIO SOUZA<sup>2</sup> E TANIA MARA GALLI FONSECA<sup>3</sup>

Recebido em: 16/07/2012

Aprovado em: 20/05/2013

#### RESUMO

Neste artigo, abordamos territorializações de fazeres cotidianos de trabalho, através de expressividades produzidas com os trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Para tal, tomamos o conceito de atividade, advindo dos campos da Clínica da Atividade e da Ergologia, e percorremos movimentos de territorialização, advindos do campo da Filosofia da Diferença. Nossa pesquisa busca criar formas de romper com as inteligibilidades que atravessam os modos de trabalhar com a loucura, como forma de produzir variações nos fazeres, gestos e discursos. Como procedimentos metodológicos, criamos um Dispositivo Clínico-Institucional de Análise da Atividade, o qual envolve, em suas linhas, a escrita da pesquisa, o acompanhamento das situações de trabalho e a análise coletiva da atividade a partir da produção de imagens fotográficas. Pensamos que a proposição de uma análise da atividade, por sua dimensão inventiva, faz-se fonte de mobilização para um pensar-agir com vistas à construção de políticas minoritárias do trabalho em saúde mental. Assim, apresentamos uma pesquisa clínica da atividade que se articula com a Política de Educação Permanente, na medida em que discutimos estratégias coletivas de ação no trabalho.

**Palavras-chave:** Clínica da atividade; Trabalho; Educação permanente.

#### 1 Introdução

Neste artigo, abordamos territorializações de fazeres cotidianos de trabalho, os quais se situam entre dramas

#### ABSTRACT

*This article addresses territorializations of daily working practices through expressiveness produced by workers from the Psychiatric Hospital São Pedro, both in its Creativity Workshop and its Art Studio. It takes in consideration the concept of Activity, developed in the Clinic of Activity and Ergology areas, passing to the territorialization movements, defined within the field of Philosophy of Difference. The research attempts to break the intelligibilities that traverse the ways of working with madness, in order to produce variations in the practices, gestures and discourses around it. As methodological procedures, it has created a Clinical and Institutional Dispositif for Activity Analysis that involves the writing of the research, a accompaniment of working situations and collective analysis of the activity from photographic productions. The activity analysis, as observed in this process, has an inventive dimension that promotes thinking and acting concomitantly (action-reflection) directed to the production of minority politics in the mental health work. In this way we present a research in the Clinic of Activity articulated with the Permanent Education Policy, in that we discuss collective strategies of action in work.*

**Keywords:** Clinic of activity; Work; Permanent Education.

e devires que, por sua vez, agenciam-se e são agenciados no curso das atividades de trabalhadores de saúde mental. Segundo Deleuze & Guattari (1997, p. 122), a territorialização refere-se

<sup>1</sup> Este artigo se integra a uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sob nº11029. A discussão que é realizada aqui também foi apresentada no "I Colóquio Internacional de Psicossociologia do Trabalho: elaborações atuais em pesquisa e intervenção". A versão atual foi revista e ampliada para esta publicação.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Psicóloga na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS e Professora de Psicologia em escola de ensino técnico. E-mail: veralucia\_is@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da UFRGS. E-mail: tfonseca@via-rs.net

ao “ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes do meio tornado qualitativo”, o que pode ser entendido como uma série de fazeres em que o ritmo se dá através das suas variações, as quais vão tornando certo meio diferente a cada instante. O aspecto qualitativo refere-se aos índices que vão se acoplando e marcando o território de trabalho. Nesse sentido, nossa pesquisa busca criar formas de romper com as inteligibilidades que atravessam os modos de trabalhar com a loucura, como forma de produzir variações nos fazeres, gestos e discursos. Referimo-nos às práticas de trabalho que fixam compreensões acerca da loucura, minimizando as possibilidades de ação do *pensar-agir*, como, por exemplo, quando se justifica o modo de realizar alguma tarefa alegando-se que tal procedimento sempre fora realizado daquele modo, rejeitando outros modos de se entender determinada situação. Assim, apresentamos, aqui, aspectos que envolvem movimentos coletivos de trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Abordamos, neste estudo, os movimentos e as velocidades imperceptíveis que ganham expressividade através de gestos, conversas, silêncios, recusas e enunciações e que, através de sua dimensão molecular, vão compondo novos territórios existenciais. Assim, o trabalho fabrica uma espécie de história, em que os devires colocam o trabalhador frente à possibilidade de encarnar dramatizações de um espaço-tempo, que difere do instante precedente e porvir.

Como aporte teórico, tomamos a atividade, a partir dos campos da Clínica da Atividade e da Ergologia, como uma intercessora na composição e no desdobramento das expressividades dos modos de trabalhar que envolvem o gênero profissional desses trabalhadores. Para tanto, discorreremos acerca deste tema, baseando-se, sobretudo, no conceito de territorialização, advindo da Filosofia da Diferença, em que se engendra uma

noção de tempo que se repete, passível de ser amplificado em sua potência de diferir os acontecimentos. Nossa proposição ético-estético-política aqui tomada busca acolher as incertezas e os imperceptíveis, como forma de ultrapassá-los, fazendo uma clínica da atividade através do encontro de conceitos e de saberes investidos no fazer. Tateamos esses conceitos e saberes com uma coragem prudente (KASTRUP, 2007, p. 238), procurando-se manter uma tensão acerca da problemática que vai se constituindo na pesquisa.

Por essa via, nosso problema de pesquisa percorre as expressividades que surgem através dos mais imperceptíveis gestos e palavras, expressividades essas que compõem os fazeres que se realizam e se desrealizam. Ao incluirmos, nesta pesquisa, os fazeres que se desrealizam, por exemplo, os gestos e as palavras que cessam de operar no cotidiano de trabalho, trazemos o conceito de “real da atividade” (CLOT, 2010b, p. 103-104), com o intuito de ressaltar, na discussão aqui proposta, os processos da subjetivação que se sucedem ao ato de trabalhar, ou seja, as contingências que operam no cotidiano de trabalho, captando e afetando a dimensão subjetiva dos trabalhadores. O real da atividade, nesse sentido, acaba exigindo-lhes e conferindo-lhes movimentos e velocidades entre o pensar e o agir, sobretudo, devido às intensidades que advém do território em que estão inseridos. Através desse processo, os modos de trabalhar vão ganhando ritmos e compondo enunciações coletivas de dado espaço-tempo que instiga sua própria duplicação, concedendo, a si mesmo, modos de vida que lhe são imanentes e passíveis de se expandirem.

Nesta pesquisa, abordamos as expressividades dramatizadas por trabalhadores (estagiários, voluntários e funcionários das áreas da saúde e das artes e, ainda, da área administrativa) da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Apesar da opção pela denominação de

trabalhadores, cabe ressaltar que nesta pesquisa abordamos algo que preexiste à forma sujeito-trabalhador, uma vez que “um ser não é o sujeito, mas a expressão da tendência e, ainda, um ser é somente a expressão da tendência à medida que ela é contrariada por uma outra tendência” (DELEUZE, 2010, p. 39). Nessa perspectiva, também evitamos distinguir os trabalhadores por gêneros, formações e cargos, por considerar todos os trabalhadores participantes da pesquisa estas categorias como efeitos de uma enunciação coletiva. Trata-se, assim, da dramaticidade de um si, como um jogo que opera sob os dinamismos espaço-temporais, em que os trabalhadores se fazem expressivos através dos gestos e palavras que lhes pedem passagem, isto é, que são imanescentes ao território. A partir de um encontro, ou seja, de um *entre-deux*, que produzem ritmos que compõem o território.

Nesse sentido, a acepção de território refere-se ao “produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos”, comportando em si mesmo “um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 120). Por esse viés, tal território poderia ser denominado como Oficina de Criatividade, contudo, desde que seja tomado como uma assinatura em “zigzague”. Assinatura porque há um nome que denomina esse espaço, mas este só pode ser tomado em uma espécie de movimento de zigue-zague, uma vez que o território a que se refere esse nome é agitado por algo que não cessa de correr, no mínimo, “entre-deux” componentes intensivos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 14). Isso implica considerar que o território se compõe de expressividades que lhe conferem “uma constância temporal e um alcance espacial” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 121), ao mesmo tempo em que apresenta aberturas e estabelece conexões entre seus componentes e os de outros meios. Assim, desde ritmos datados no ano de 1990,

a Oficina de Criatividade vem organizando-se de diferentes modos como espaço de atividades expressivas para os usuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Dentre esses modos, nesta pesquisa tomaremos, como campo de estudo, a Oficina de Criatividade e o Ateliê de Artes, que, embora contido na estrutura hierárquica da Oficina, tem se distinguido desta devido ao seu modo de organização do trabalho, caracterizando aquilo que poderíamos chamar de um processo de individuação. Como proposição e divisão do trabalho, a Oficina disponibiliza aos seus frequentadores, que são majoritariamente moradores do Hospital, materiais para pintura e desenho. Além disso, alguns dos pacientes circulam por este espaço tomando-o um lugar de convívio, onde, então, conversam, tocam violão, cantam, auxiliam na limpeza de materiais, tricotam, bordam, jogam, tomam café ou apenas permanecem no ambiente da Oficina. Já o Ateliê tem como frequentadores, sobretudo, pacientes externos, que circulam na rede de saúde mental da região, dispondo de materiais diversificados para a produção de pintura, desenho, artesanato, bordado, papel machê e modelagem em argila. Desse modo, cada espaço de trabalho tem características que se sobressaem e se dão a ver por marcas territoriais que se tornam expressivas através de articulações entre meios que se comunicam. Assim, têm-se dois efeitos de assinaturas em zigue-zague, expressando modos de trabalhar que ora se aproximam e se distanciam, ora contraem e expandem gestos e palavras.

A partir disso, propomos a criação de um Dispositivo Clínico-Institucional de Análise da Atividade junto aos trabalhadores, que se pautará, quanto às linhas de visibilidade, por aquelas que se desdobram pelas vias do acompanhamento das situações de trabalho e da análise coletiva da atividade. Esta última foi realizada através de encontros em que os trabalhadores produziram fotografias, a partir das quais se buscou traçar um

plano comum em que os modos de trabalhar se expandissem através do pensamento-ação. Para isso, as divergências e os embates que surgiram foram tomados como expressão das forças de um território existencial em que os trabalhadores produzem e são produzidos indissociavelmente das expansões e das contrações dos gestos e dos enunciados que os envolvem. Pensamos que a proposição de tal Dispositivo, por sua dimensão inventiva, faz-se fonte de mobilização para um *pensar-agir* com vistas à construção de políticas minoritárias do trabalho em saúde mental, o que se articula à Política de Educação Permanente.

Como elementos decorrentes da intervenção aqui proposta, destacamos três problematizações: a discussão e organização dos trabalhadores acerca de uma arquitetura em ruínas como expressão do real da atividade, o que se refere a um componente territorial expressivo no contexto das condições de trabalho deste local; a análise das chaves perdidas e sonhadas em direção à ação pelo coletivo de trabalhadores; e, a discussão que envolve a relação da Oficina com a rede de saúde mental, o que fora destacado como componente de surpresa e se fez potente para apontar os paradoxos de tal rede.

## 2 Referencial teórico

O referencial teórico desta pesquisa é apresentado já em sua articulação com a produção de dados, tendo em vista que criamos um plano de experimentação que busca produzir, na ação, o conhecimento; não se tratando, portanto, de conhecer para, então, poder agir. Nessa imbricação da experimentação como ação, é que assumimos os efeitos que o processo de pesquisar tem sobre o seu objeto e seus resultados e sobre o pesquisador (PASSOS; BENEVIDES, 2009). Assim, a partir de aspectos de nossa aproximação com o campo de pesquisa, apresentam-se os aportes teóricos que buscam ressaltar os efeitos de uma processualidade gerativa

entre trabalhadores, usuários e hospital, o que aponta para efeitos da atividade como uma operação clínico-institucional. Em seguida, desdobram-se aspectos da produção inventada, que tem um caráter minoritário que se dá no curso da atividade de quem trabalha. Por fim, articulamos os conceitos de atividade, de modo que subsidiem a produção de um plano comum de análise – em sua interface com o gênero profissional – junto aos trabalhadores.

### 2.1 Na vizinhança de um rosto: a atividade e a dimensão clínico-institucional

Logo que propomos aos trabalhadores da Oficina de Criatividade e do Ateliê de Artes a realização de uma pesquisa acerca do trabalho que realizavam, surgiu uma expressão que ficou ressoando: “Somos poucos” (sic). Que sentidos surgiram diante da proposta de realizar uma pesquisa com esses trabalhadores? Poderíamos supor uma espécie de despotencialização do trabalho que se faz naqueles espaços? Essa fala indicaria que os trabalhadores fazem tão pouco a ponto de nenhum encontro ser possível? Como vivem as dramáticas de si diante das variações de fazeres? Será que esses trabalhadores gostariam de ter um espaço para pensar sobre seu trabalho? Tomamos, então, esse enunciado como expressão de uma linha em vias de se desterritorializar. Tal fato produziu efeitos em nossa pesquisa, enunciando – supomos – outras desterritorializações, ou seja, aquelas relacionadas às condições de trabalho, ao número reduzido de profissionais, ao modo como se percebiam – talvez “desinteressantes” – diante de um processo de pesquisa e ao fato de talvez não quererem dar a ver o que se passa no trabalho. Lembramo-nos do que Foucault (1994) aponta quanto às obrigações de falar diante de dispositivos que subjetivam os modos de vida, não permitindo nem mesmo silenciar. Ainda assim, perguntamo-nos através de enunciações coletivas que vão se

apresentando: Como ir construindo um plano de suporte entre trabalhadores e pesquisador diante das linhas de visibilidades que se dão a ver? Seriam estas linhas perturbadoras ao trabalho?

Seguindo com essas inquietantes perguntas, passamos ao desdobramento de alguns aspectos que se referem aos processos de subjetivação que envolvem a atividade humana e os modos de organização do trabalho. Primeiramente, encontramos Tosquelles<sup>4</sup>, através do artigo de Amador (2009b)<sup>5</sup>, do qual nos interessamos, sobretudo, as proposições que a autora amplifica ao discorrer sobre o aspecto clínico-institucional que pode ser operado a partir da análise da atividade. Problematizando a ergoterapia, no que tange à possibilidade de ultrapassar um regime de tratamento pautado na história pessoal do paciente, para um outro engajado na conflituabilidade das situações de trabalho, tem-se uma redefinição para as práticas ergoterápicas. O trabalho, nesse sentido, amplifica as potencialidades da atividade realizada por pacientes psiquiátricos, ocorrendo uma “processualidade” operada por esses pacientes em situação de trabalho, colocando em cena um paciente ativo. Não se trata, pois, de eliminar os sintomas através do trabalho ou de simplesmente ocupar o paciente; busca-se, ao contrário, que este introduza “algo de si mesmo – entre um si ligado a jogos de verdade e o si-corpo-intensivo, pensamos –, possibilidade essa que diminui os riscos de uma deterioração psíquica” (AMADOR, 2009b, p. 3).

Clot destaca, por essa via, que a inversão proposta por Tosquelles indica a necessidade de fazer trabalharem os doentes e o pessoal que deles cuida para tratar da organização oficial do trabalho<sup>6</sup> (2010a, p. 221-222). Isso teria de

acontecer para que a organização oficial do trabalho e os trabalhadores “captem no vivo (...) que os doentes são seres humanos responsáveis por aquilo que fazem, o que só pode ser colocado em evidência na condição de fazer alguma coisa” (TOSQUELLES apud CLOT, 2010a, p. 222). Outro estudioso, Schwartz (2000b), em artigo que também aborda a dimensão subjetiva envolvida no trabalho, aponta que, em indústrias de processos contínuos, onde a divisão de tarefas não pode ser fragmentada pelas especializações adquiridas, o sofrimento dos trabalhadores recai sobre o fato de não saberem qual é o seu ofício.

Percebemos, assim, que os referidos artigos apontam que, para além das condições psíquicas de quem está em situação de trabalho, o que, todavia, é relevante nesse processo, importa o quanto a dimensão da atividade agencia a própria vida e suas possibilidades de expansão. Outro ângulo, apontado por Amador, é o aspecto relacional entre equipe de saúde e portadores de sofrimento psíquico, em que se dá uma “processualidade gerativa”. A atividade, ergoterápica ou da equipe de saúde, pode tornar-se um operador clínico, da ordem do problemático, que possibilita, através do estabelecimento de relações que se comunicam por “singularidade”, manter ativos em seu fazer tanto paciente quanto trabalhador de saúde (AMADOR, 2009b, p. 4). Nesse sentido, os modos de trabalhar dos sujeitos desta pesquisa são tomados a partir dessa processualidade gerativa, a qual é operada e nutrida na relação com os pacientes, sendo esta um dos componentes territoriais desse contexto de trabalho.

Convergindo com essa ideia de processualidade gerativa, temos, em um artigo de Neubarth (2010), um relato do que poderíamos chamar de análise da atividade diante desse aspecto relacional ocorrido na Oficina. Há alguns anos

<sup>4</sup> Cf. Clot (2010a, p. 221) Tosquelles foi um psiquiatra francês que, entre outros psiquiatras da França, durante a 2ª Guerra Mundial, foi responsável por libertar os pacientes dos hospitais psiquiátricos. Essa situação fez com que eles observassem uma melhora nos doentes quando confrontados com as situações normais da vida, sobretudo, no compartilhamento dos dramas, propiciando-se, dessa forma, “saúde mental”.

<sup>5</sup> As considerações do artigo de Amador (2009) partem da obra de Tosquelles, intitulada “Le travail thérapeutique à l’hôpital psychiatrique” (1967). Em 2009, Yves Clot escreveu um posfácio para essa obra.

<sup>6</sup> O termo referido por Clot, no artigo citado, é “Instituição”; todavia,

optou-se, nessa passagem, por utilizar “organização oficial do trabalho”, em consonância com outro texto do autor, no qual ele diz que a organização do trabalho, quando elaborada pelo coletivo de trabalho, é que cria possibilidades de “transfigurar a organização oficial do trabalho” (Clot, 2010a, p.172).

atrás, às vésperas de uma exposição de trabalhos dos pacientes, organizada pelos trabalhadores, um dos pacientes, Frontino, já falecido, disse na época que não gostaria que seus trabalhos tivessem sido levados, que gostaria de tê-los consigo. Temos, nesse exemplo, uma fissura clínica produzida pelo questionamento do paciente, que até então era tido como quieto e cordato e aqui se mostra implicado com a produção que realiza. Além de tal fato ter levado a equipe a atentar para os “efeitos da sobrevivência psíquica de um homem” (p. 162) internado há mais de cinquenta e cinco anos, poderíamos tomar isso como um disparo para uma análise sobre a atividade do paciente e da própria equipe, em seu imbricamento, como se ele questionasse: de quem são os trabalhos produzidos? Em um outro plano, mas comunicando-se com o da análise da atividade de Frontino, está, conforme o artigo, a equipe que se percebe ocupando uma posição de onipotência, de saber sobre o outro, através do “desejo de destacar o trabalho do incapaz que passa a criar, graças ao trabalho do técnico” (p.162). Isso faz pensar que a questão de Frontino opera em uma dimensão clínico- institucional, além de expressar que a atividade acontece no encontro entre paciente-trabalhador.

Assim, amplificando as ressonâncias acerca da conversa com os trabalhadores da Oficina e do Ateliê, apostamos em uma vizinhança entre a expressão “somos poucos” e a dinâmica da organização oficial do trabalho, como produção de um rosto (SANT’ANNA, 2006). A composição desse rosto se torna expressiva em relação aos demais espaços e aos demais trabalhadores do Hospital, ou mesmo, a todos eles, afinal, rumoreja-se um fim<sup>7</sup>. Acompanhar o processo de atividade que se produz entre trabalhadores-usuários no Hospital é – supomos – buscar fugir das rostidades que

<sup>7</sup> Fala-se de um fim das Unidades de Moradia, e não exatamente do Hospital, que têm outras modalidades de atendimento. A Oficina de Criatividade, na estrutura do Hospital, insere-se no Centro de Reabilitação Psicossocial São Pedro. Cf. ainda <[http://www.eusouvoce.com.br/pag\\_oficinahistoria.htm](http://www.eusouvoce.com.br/pag_oficinahistoria.htm)>.

se encarnam no corpo, organizando-o (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 36). Perceber suas variações e seus fôlegos é um modo de fugir de subjetivações e significâncias há muito engendradas; é um modo de fazer proliferar outros fazeres, uns não fazeres; é um modo de desviar, subtrair as formas já sabidas, empregadas, cansadas. É uma forma de fugir e inventar outros, ao mesmo tempo. Entendemos que tais aspectos se referem a uma operação clínico-institucional, que pode produzir outros ritmos a este território.

Operar nessa tensão, entre formas e forças, é o que supomos nos dar suporte para pensar acerca de certa materialidade do real da atividade que se expressa, por exemplo, através dos componentes arquitetônicos e das condições de trabalho da Oficina e do Ateliê. Isso, pois essa derivação, que envolve a articulação de algo que passa em uma zona de vizinhança, surge, também, através das rachaduras das paredes, das árvores envergadas que arrasam o cimento, das paredes “encarruchadas” sobre tintas descascadas. Somos *tão* poucos – nos imaginamos junto – que suportamos seguir em um espaço de trabalho-vida-saúde precário para trabalhadores-usuários-hospital. Quem reclamará? Experimentamos, nós também, o encontro com essas expressões, com esses conceitos que “povoam um plano”, em que nos vemos, também, agenciados (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 52). Por vizinhança, diante do que escoar entre os fazeres de quem pesquisa e de quem trabalha, na Oficina e no Ateliê, sente-se um emaranhado de sensíveis que ladrilham uma espécie de caminho de ovos de vidro, pelo qual já não é possível desviar.

## 2.2 Entre dramas e devires: histórias inventadas

As expressividades produzidas no curso da atividade, em sua fabricação minoritária, são capazes de singula-

rizar a vida, sendo este aspecto o que tomamos como critério a ser considerado. Dessa forma, acreditamos, assim como Amador (2009b, p. 93), que se trata de tomar o plano do pensamento como operador da ação, para que os modos de vida possam se expandir. Esse plano se refere a algo que foi muito negligenciado – e que, diríamos, em algumas situações de trabalho, ainda é – no contexto das práticas da Psicologia Industrial e Organizacional. Assim, compartilhamos com a autora a ideia de que se trata de investir e focar na dimensão inventiva da cognição, aquela relativa ao plano não representável no trabalho, que se opera por vias ínfimas.

Acerca dessa dimensão – e também contrapondo uma psicologia cognitiva do trabalho –, Wisner é mencionado por Clot (2010a, p. 214) como alguém que, já na década de 50, apontava que o trabalho real é a vida e não a cognição empreendida na atividade realizada. A cognição, mencionada por Wisner, refere-se a uma aceitação já representada, já capturada, através dos esforços dos psicólogos cognitivos do trabalho, em primar por um saber *sobre o fazer*. Ou seja, depois de investigar as aptidões dos trabalhadores, pretendiam utilizar-se delas para padronizá-las. Wisner, ao trazer a dimensão da vida, estava preocupado em pensar a saúde dos trabalhadores, que, em situações de “*contrainte*”<sup>8</sup>, ou seja, nas situações de forte coerção e exigência, conseguem mais do que seguir vivendo, conseguem agir. Trata-se, desse modo, de um entendimento de que o “real é fonte de criação” (2010a, p. 214), de que, além de ser fonte de sofrimento, é o lugar onde não se fica passivo, é um modo de ativar-se, diríamos, de produzir saúde, de produzir um meio de vida. Vemos, a partir disso, que a atividade engendra a expansão da vida.

Outra dimensão, apontada por Schwartz em relação ao ato de trabalhar,

diz respeito à história fabricada ao trabalhar, já que a maquinaria que envolve esse ato não se dá na neutralidade. Está, portanto, imbricada com uma série de valores, que dependem e são expressões das dramáticas de uso de si, estando estas situadas entre “normas antecedentes e as necessidades de dar-se a si mesmo normas, aí onde as primeiras são inacabadas” (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

Isso se refere aos diversos gestos e formas de trabalhar que, em um plano de disputa, são selecionados pelo trabalhador, tomando, dessa forma, a atividade como “um conflito entre várias atividades possíveis” (OSÓRIO, 2010, p. 42). Conflito esse engendrado por um certo inacabamento do trabalho, que nos permite avançar e pensar na potência desse inacabamento, já que colocar a si mesmo normas é um processo de invenção do próprio trabalhador ao trabalhar. Fazer histórias, maquinar, está, portanto, na ordem do problemático, do político, do inventivo, está no processo de elaboração de homens e mulheres, que são convocados, no presente, a pôr em atividade suas estruturas de aprendizagem, seus modos de trabalhar, de pensar e de viver (SCHWARTZ, 2000a, 42-43).

Mas que história é essa que falamos em inventar? Com que recursos? Segundo Pelbart (1998), Nietzsche inovou a imagem do pensamento, com a construção de um novo objeto, que é o sentido e o valor em detrimento do verdadeiro e do falso. Essa perspectiva se faz primordial neste estudo, pois se trata de produzir fissuras nas configurações históricas que alimentam modos de existências regidas sob uma forma e uma moral que põem empecilhos ao pensar. O movimento, em favor de um exercício de pensamento que possibilite à criação uma história suscetível ao devir, é o de atenção às sutilezas das forças que escapam e que produzem linhas de fuga. Ou seja, não se trata de polarizar ou transformar um termo em outro por analogia, mas sim de esque-

<sup>8</sup> Cf. Clot, 2010a, p. 214. Na tradução da Conferência proferida por Clot, optou-se por deixar a expressão em francês, pois, embora a tradução mais próxima seja esforço ou exigência, seu sentido não é considerado satisfatório em relação ao significado na língua de origem.

cer um em favor de um *entre dois*, de criar espaços de indiscernibilidade, de vizinhança (PELBART, 1998, p. 110). A História constrói-se a partir de forças que tendem a operar totalizações e leis universais sobre a vida, que vão se reproduzindo nos modos de existência como se esses fossem os únicos modos de relações no mundo. Dessa forma, instalar-se em meio aos fluxos das situações de trabalho, criando vizinhanças entre conversas e gestos, tem a intenção de pinçar instantes em que a História é esquecida e em que a história se deixa proliferar. Deleuze, ao mencionar o papel político na história, ressalta que é preciso acreditar no mundo, e “suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (DELEUZE apud PELBART, 1998, p. 114).

### 2.3 Uma pesquisa-clínica-da-atividade

Passamos a produzir uma clínica da atividade tecida nas malhas do encontro entre trabalhadores, usuários, organização oficial do trabalho e pesquisador. Nesta pesquisa, mantivemos certa prudência em seu processo de elaboração ao perceber as expressões que chegavam e ao adentrar no cotidiano de trabalho dos trabalhadores da Oficina e do Ateliê, levando a estes uma pergunta ressoante: Em função de que produzimos história ao trabalhar-pesquisar? Em que está se tornando este processo de pesquisa? O que passa? Que saberes disciplinares estão em disputa na atenção à saúde mental no Hospital? No cotidiano do trabalho, como cada trabalhador constrói renormalizações frente aos saberes disciplinares que adquiriu por formação ou pelas políticas de atenção à saúde mental do Hospital? Que invenções são desdobradas a partir de um uso de si, a partir do encontro com os colegas e pacientes? Como produzem saúde nessa relação com a loucura? Que situações de trabalho lhes colocam

problemas? Quais as contribuições que a experimentação entre quem trabalha e quem pesquisa pode resultar para o campo do trabalho e da pesquisa clínica da atividade?

Essas são questões colocadas diante das conceituações que exploramos acima, que interrogam os saberes e as experiências de trabalho. Não se trata, desse modo, de atribuir algum *status* valorativo, ou mesmo corretivo a esses saberes e experiência, mas sim de tentar expandi-los, afinal: o que podem?

Utilizamos o termo *transdução*, proposto por Lourau, acepção que se refere ao movimento em que a pesquisa toma formas, por propagação, “onde uma partícula, a partir de um centro, passo a passo, vai tomando forma” (LOURAU apud GUILLIER, 2004). Tal proposição faz aquecer a discussão acerca das posições do pesquisador, como mais uma entre tantas partículas, um rumor entre tantos de uma enunciação coletiva que extravasa nos corpos. Isso porque vislumbramos um movimento que se dá diante das composições que se contraem e se distendem sob sua condição infinitesimal. Diante disso, é precisamos abandonar uma racionalidade, que tende a rejeitar os componentes invariantes, para nos lançar diante de um sonho, de um *pensar-agir*. Entendemos que, com isso, adentra-se em uma dimensão onírico-fabulatória, a qual se torna expressiva através de uma experimentação que acontece no entre fazeres, envolvendo tanto os trabalhadores quanto a escrita da pesquisa. Assim, quando fazemos a escrita da atividade de pesquisa, testemunhamos modos de vida que se compõem por intensidades em devir. A partir disso, almejamos sair do plano das inteligibilidades acerca do pesquisar e do trabalhar para pensar o impensado. O ato de testemunho situa-se em uma margem intempestiva, em que a vida vai se constituindo, buscando refutar, portanto, uma história monumental. Temos apenas ventos soprados por gestos delicados.

Para tanto, surge uma escrita que vislumbra uma tomada de forma a ser inventada. Com isso, buscamos acessar virtualidades do real da atividade que se desencarnam de um coletivo um tanto indiscernível. Por essa via, lembramos que a “escritura não tem um fim em si mesma, precisamente porque a vida não é algo pessoal. A escritura tem por único fim a vida, através das combinações que ela faz” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 14). Tais combinações nos permitem afirmar que se trata de uma-pesquisa-clínica-atividade, que busca linhas de propagação entre atividades que vibram nesse território existencial em que estamos. Os fragmentos intensivos vão criando ritmos para as linhas problemáticas. O fazer da pesquisa-clínica se dá, então, por “princípios rizomáticos”, em que os componentes operam em disjunção, propagando-se por rumores que não cessam de ressoar (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15-21).

#### 2.4 Análise coletiva da atividade: produção de um comum

Seguimos discorrendo acerca da produção de um comum que, além de estar em incessante atuação no cotidiano de trabalho, é acionado com a proposição de uma análise coletiva da atividade. Ao que concerne a essa proposição, entendemos que os saberes, sejam eles advindos das disciplinas ou da atividade do trabalhador, referem-se às linhas enunciativas de um campo problemático, em que o presente não cessa de se interpor. Analisar essas linhas enunciativas, a partir da atividade, é um processo que se dá por sua dimensão crítica, a qual tem a potência de produzir um desprendimento das continuidades, das linhas que capturam as singularidades em devir (DELEUZE, 1990), pois há em todo território uma “orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e o indica em sua alteridade” (DELEUZE apud FOUCAULT, 1990). Assim, é nessa margem que a análise da atividade

de pode atualizar as forças capazes de expandir os modos de viver.

A análise da atividade implica, então, a produção de seu duplo, indiscernível instantâneo, que margeia aquilo que ainda não fora falado, pensado, realizado. Nos modos operacionais, que menciona Schwartz, no campo da Ergologia, trata-se de retornar a palavra à atividade, por parte de quem estuda ou pesquisa e por parte dos trabalhadores, uma aceitação da disciplina dos conceitos, em um mútuo processo de aprendizagem. Para o autor, trata-se, em situações de análise da atividade, de perguntar ao trabalhador *como ele faz* seu trabalho (SCHWARTZ 2000a, p. 44-45).

Corroborando, de certa forma, com esse pensamento, Clot, no campo da clínica da atividade, desenvolve a perspectiva de uma renovação das ações envolvidas nos fazeres, de tal modo que uma das metodologias de análise, criada pelo autor, propõe que os trabalhadores sejam filmados em situação de trabalho e, posteriormente, façam análises – conjuntamente com o pesquisador – das imagens produzidas. Em um segundo momento, um colega participa da análise, situação em que a análise é amplificada em sua potência de intervir no gênero profissional. Falamos de situações em que se percebe a proliferação de variações naqueles saberes e fazeres que compõem tal profissão, como um patrimônio contraído em cada fazer (CLOT, 2007). Trata-se de uma análise que age em tal gênero profissional, considerando-se este como aquilo que:

(...) os trabalhadores de determinado meio conhecem e observam, esperam e reconhecem, apreciam ou temem; o que lhes é comum, reunindo-os sob condições reais de vida; o que sabem que devem fazer, graças a uma comunidade de avaliações pressupostas, sem que seja necessário re-especificar a tarefa a cada vez que ela se apresenta (CLOT, 2010b, p.121-122).

Por essa via, o comum produz-se

em intersecção, entre-dois, referindo-se ao que é traçado no presente, até que este logo se duplique. No cotidiano de trabalho, tampouco se restringe a uma reunião de pessoas ou a um espaço delimitado, mas é algo que pode transcorrer entre esses elementos. São os lampejos que acontecem e transitam pelas forças da matéria arquitetônica do Hospital, por esse entre-dois que se cria entre os modos de trabalhar na Oficina e no Ateliê, por rastros dos gestos realizados, tantos quanto outros que sucumbem em um instante de pensamento.

Pensamos que, a partir dessas perspectivas, as contribuições políticas para o campo do trabalho em saúde mental e para a pesquisa clínica da atividade engendram-se na ideia de que todo conhecimento opera uma transformação da realidade, exatamente, porque conhecer e fazer estão imbricados (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p. 17 e 30). Trata-se, nesse sentido, como já mencionamos anteriormente, de uma proposição clínico-institucional, em que o conhecimento é tomado como algo que se exerce e se aprende coletivamente. Assim, nos vemos no limite do conhecimento, diante do qual ativamos uma empreitada por caminhos desconhecidos, criando um Dispositivo Clínico - Institucional de Análise da Atividade. Entendemos que tal processo produz “agenciamentos coletivos de enunciação da desconstrução das certezas e da solidez das formas” (FONSECA; KIRST, 2004, p. 6) nos modos de trabalhar e pesquisar. Estamos envolvidos por uma “matéria bruta indomada” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.153) ao experimentar um coletivo de análise da atividade, não apenas como observadores, mas como sujeitos larvares que também se fazem tomados pelas formas.

Ademais, existem fluxos de engrenagem-desengrenagem, em que abdicamos de um acompanhar estritamente observador em favor de uma disposição que circule entre as defasa-

gens que nos abandonam entre fôlegos e afundamentos. Falamos, desse modo, de um *intermezzo* em que se atenta para as composições das formas, para a terra que arremata um feixe de forças, e em que se segue pelas séries de desengate.

Assim, nossa proposição política nesta pesquisa tenta fazer a inquietude durar no coletivo e não só em quem está de passagem, talvez durar através da possibilidade de diferir. Já sendo passagem, nossos corpos buscam jeitos de amplificar seu poder de agir. A construção de um plano comum de análise da atividade intenta fazer com que a experimentação, ao pesquisar-trabalhar, possa proliferar-se, possa criar um comum, lá onde talvez coexistam solidões. Acerca disso, Clot, diz que: “a saúde se degrada no ambiente de trabalho sempre que um coletivo profissional torna-se uma coleção de indivíduos expostos ao isolamento” (CLOT, 2002, p. 4). Estamos discorrendo acerca de uma dimensão do trabalho em que os modos de trabalhar, o público a quem se destinam e as distintas proposições da Oficina e do Ateliê parecem escapar às pretensões organizativas, de modo que o real das situações de trabalho não cessa de trazer componentes indiscerníveis. Nessas bordas da atividade, a estilização – exercida pelos trabalhadores – faz-se, justamente, por meio do tensionamento da organização do trabalho, modificado -a através de suas possibilidades de produzir crítica, de inventar outra história para aquele fazer. Cabe ressaltar que tal invenção, como estilização dos fazeres e saberes, dá-se em sua relação com o gênero profissional, já que:

O estilo participa do gênero ao qual ele fornece o seu modo de ser. Os estilos são o retrabalho dos gêneros em situação, enquanto os gêneros, de fato, são o contrário de estados fixos. Melhor ainda, eles são sempre inacabados (CLOT, 2010b, p.126).

Outro fato a ser destacado em re-

lação à atividade comum do trabalho é que esta, geralmente, não é nem enunciada. Econômica, vai contaminando silenciosamente os modos de trabalhar, vai criando-os. Quer dizer, já há um comum que circula ao nos colocarmos em situação de trabalho. Segundo Clot (2002), o gênero transporta, integralmente, os “équivoques” que sua história deixou persistir e que não cessam de renovar; ou, ainda, tudo aquilo sobre o que sucessivas gerações de profissionais trabalharam e em que cada um, nesta obra de interpretação coletiva e singular, foi obrigado a colocar algo de si. Paradoxalmente, esse comum, que é um lastro do gênero profissional, vai se movendo, seja com a entrada de pessoas novas naquela função compartilhada, seja pelas próprias situações de trabalho, que sutilmente vão compondo outros modos de trabalhar. Os planos do que já acontece e do que pode vir a acontecer, movidos pelo trabalhador em atividade, já operam em disjunção.

A aposta, então, é de que as indiscernibilidades acerca das diferenças nos modos de trabalhar, bem como a circulação que alguns pacientes passam a realizar entre as duas oficinas – o que também propõem ao pesquisador –, possam ser experimentadas coletivamente. Assim, falamos de uma circulação coletiva, entre coletivos, enunciados, proposições, que surge como pedido explícito de alguns trabalhadores, o que também é inquietante devido às forças que vibram sob o instante de composições sempre inacabadas. Diante disso, seguimos um pesquisar que se dá no decorrer dos encontros, como afirmação da dimensão ativa de sua “processualidade gerativa”, feita com o coletivo e com o intuito de entrever o comum que produz a duplicação dos gestos, saberes e enunciados (AMADOR, 2009b, p. 4).

### 3 Método

Considerando o aporte teórico acerca da análise coletiva da atividade

e da produção de um comum, sobretudo através dos estudos de Schwartz, Clot e Amador – explicitados na seção acima – apresentamos os procedimentos metodológicos, os quais visam criar formas de romper com as inteligibilidades que atravessam os modos de trabalhar com a loucura. Buscamos, no presente artigo, pinçar linhas em desterritorialização através da criação de um Dispositivo Clínico - Institucional de Análise da Atividade para captar forças através dos modos de fazer ver e fazer falar as intensidades que acontecem *entre-dois* elementos quaisquer. Para tanto, realizamos acompanhamentos das situações de trabalho – durante seis meses por três horas semanais – e quatro encontros de análise coletiva da atividade. Estes últimos envolveram uma produção fotográfica realizada pelos trabalhadores, com vistas a amplificar as singularidades que se situam nas fronteiras entre um trabalho realizado e o real da atividade. Com isso, não prescindimos de desdobrar os efeitos de um agenciamento territorial que dinamiza indiscernibilidades, as quais, ao se tornarem visíveis por meio de falas e imagens, deixam rastros através dos fazeres, como expressão dos componentes que atualizam. Nessas veredas experimentadas durante o pesquisar, a escrita torna-se uma das linhas desse dispositivo, como efeito da implicação/transdução que se propaga entre os encontros, fazendo de nosso percurso uma tomada de forma, uma variação em si, também em decorrência das indiscernibilidades que se sucedem.

A partir disso e considerando os componentes territoriais com os quais nosso campo de estudo se organiza, partimos da ideia de que nosso procedimento de análise não empregará momentos individuais com cada trabalhador, privilegiando, portanto, uma análise que aconteça em momentos coletivos. Além disso, pensamos que a análise da atividade, muitas vezes, já acontece, sobretudo, nas reuniões por uma necessidade própria do trabalho e ressaltamos, por isso,

que o recurso de produção fotográfica que se emprega nesta pesquisa busca, na medida de suas potencialidades, amplificar tais análises, desde uma perspectiva inventiva. Isso, pois tal recurso cria fissuras nas formas e nas inteligibilidades através de uma “molecularização” que transcorre entre as intenções, as ações empregadas, os resultados (AMADOR, 2009a, p. 16-17).

Acreditamos, com isso, que o procedimento de análise decorre de disjunções, colocando em cena linhas que produzem modos de ver e de falar acerca do real da atividade. Rumamos, a partir das definições acima, à efervescência de possibilidades que uma atividade coletiva nos provoca, através da operação de fazer com. Trata-se de radicalizar a experiência do encontro, no sentido de que tanto o pesquisador quanto os trabalhadores não serão mais os mesmos. A proposição é de acompanhar um processo de trabalho que nos inquieta e, diante disso, fazer algo, *fazer-algo-com* eles. Apostamos que, a partir do compartilhamento das situações de trabalho com os trabalhadores, podem-se produzir outros modos de trabalhar, pesquisar, pensar e viver.

Cabe ressaltar que o acompanhamento das situações de trabalho na Oficina e no Ateliê fez com que se tecessem linhas de visibilidade para os ritmos críticos nos quais esses espaços de trabalho agenciam os modos de trabalhar e, conseqüentemente, a pesquisa. Assim, nas reuniões com os trabalhadores da Oficina, ocorreu um pedido para que se realizasse uma espécie de capacitação, a partir do que fomos construindo com eles, e não para eles, uma proposição de análise da atividade, o que incluiu a escolha da fotografia como recurso a ser empregado. Já no Ateliê, possivelmente como efeito dos componentes territoriais que ali ganham expressividade, nossa participação concentrou-se, em grande parte, em acompanhar o cotidiano de trabalho. Tais aspectos apontam para a criação de um plano comum de

análise da atividade que passa a se constituir em bifurcação, como efeitos do processo de individuação que tal território vem passando. Tomamos esse percurso como exercício de uma atividade em si, já que, desde então, os índices que demarcam esse território reverberaram seus ritmos, nos forçando a pensar nos devires que passam.

Diante disso, e de muito vaivém, lançamos aos trabalhadores a seguinte proposição, acrescida da de uma lista de procedimentos para o decorrer dos encontros: fotografar seu trabalho, desde o ponto de vista do que envolve o real da atividade, “além do que faz, aquilo que não se faz, aquilo que se tenta e não se consegue, aquilo que se pensa e sonha em fazer” (OSÓRIO, 2010, p. 42).

Procedimentos para os encontros de análise coletiva da atividade:

1. Não há certo ou errado, mas sim uma produção singular;
2. É importante que cada um dedique alguns momentos para pensar acerca da proposição;
3. É preciso enfrentar o desafio de não saber de início e, mesmo assim, seguir com a proposição;
4. A produção das fotos deve ser feita sem usar fotos já guardadas em arquivos pessoais ou do Acervo;
5. As fotos não serão publicadas, serão utilizadas apenas para apresentação e discussão em grupo;
6. As fotos devem ser enviadas por e-mail;
7. Serão quatro encontros, sendo os dois intermediários dedicados às apresentações individuais;
8. Cada um apresentará as fotos produzidas, contando o que pensou em registrar como atividade, como foi o processo de fotografar e o que aconteceu de fato.
9. No quarto encontro, serão anali-

sadas as produções fotográficas coletivamente, a partir das falas, buscando elementos que se repetiram e que foram objeto de surpresa.

A partir disso, percorremos as tramas entre as situações de trabalho e as análises da atividade que surgiram como efeito do dispositivo, as quais apontam para linhas de visibilidade, de força e de subjetivação do agenciamento que lhe é imanente.

#### **4 Apresentação e discussão dos resultados**

Os resultados desta pesquisa partem de linhas problemáticas geradas e analisadas em conjunto com os trabalhadores participantes. Assim, a partir dos procedimentos mencionados, trazemos à discussão as análises feitas coletivamente acerca das produções fotográficas, não citando, portanto, os relatos individuais de cada trabalhador. Pinçamos, desse modo, uma produção de imagem que dá a ver o comum que concerne ao fazer coletivo, seja através das discussões que se tornam aquecidas em torno de uma problemática, seja diante daquelas que, depois de incitadas, foram apontadas como um tema novo no âmbito das discussões do trabalho. Com isso, pensamos que o procedimento de análise propõe que o coletivo torne visíveis os enunciados em que ele mesmo se envolve e se produz. Para tanto, temos também o desafio de fazer uma escrita cristalina, em que os personagens e paisagens sejam eles próprios ritmos críticos, operados pelo pensamento, ativados em sua potencialidade de agir no coletivo (MACHADO, 2010, p. 283). Falamos, nesse sentido, de uma questão que envolve um fazer que se dá tanto durante a discussão das imagens quanto da escrita: como fazer vibrar – analisando coletivamente e escrevendo sobre –, as fissuras que se abrem no tempo cronológico, na matéria expressiva da-

queles modos de trabalhar, em seu jogo com um virtual, em que o trabalho está por ser criado?

Tomando tais vias, apresentamos nesta escrita três das linhas problemáticas discutidas pelos trabalhadores, que são: aquelas que envolvem os componentes arquitetônicos como expressão do real da atividade, os quais, além de apontarem para as condições de trabalho, expressam os ritmos que esses componentes operam nos corpos; aquelas que partem da análise das chaves perdidas e sonhadas em direção à ação pelo coletivo de trabalhadores; e aquelas que tratam acerca de uma rede que aponta para as tramas disjuntivas entre a gestão no cotidiano de trabalho e as políticas que lhe são concernentes.

##### **4.1 Uma arquitetura em ruínas como expressão do real da atividade: “a gente se prende no que cai”**

Durante os quatro encontros para análise da atividade, ganham amplitude as diversas imagens produzidas com a intenção de falar do prédio centenário e seu esmorecimento. Imagens impregnadas de “sonhos por ver o prédio restaurado” (sic) e que não negligenciam a força daquelas paredes. Antes não fosse tal, dado o literal que se expressa nos modos de trabalhar e passa a ser analisado pelos trabalhadores.

Diante de fragmentos de tintas mofadas que se acumulam nas paredes e de grades enferrujadas – e já sem funções nas tantas salas desativadas –, temos rebocos que acionam deslocamentos em retirada. Estes, conforme relatos, compõem uma marcha entre as salas, até que se invente um jeito de ocupá-las. Mais do que movimentos por um desejo de expansão, as análises referem o prédio em decomposição como expressão de uma arquitetura falida e sucumbida pelos anos sem cuidados, o qual, por essa via, produz muitos dos modos de trabalhar.

Ainda acerca dos rebocos em des-

falecimento, os trabalhadores analisam os efeitos disso nos planejamentos do trabalho. Dizem que, às vezes, chegam ao Hospital com um plano para o que farão naquele dia, então acontece algo: “alguém mudou de sala, apareceu uma goteira, e tem-se que atender o que está caindo” (sic). Pensamos que o real da atividade reterritorializa as ações a serem empreendidas, como se estas fossem arrastadas junto aos componentes arquitetônicos em ruínas. Isso ocorre pois o gênero do trabalho, que se constitui de discursos e gestos, também requer ações levadas por um tempo que se multiplica, exigindo fazeres insistentes quanto à organização do espaço de trabalho.

A matéria sensível do espaço produz ritmos ao trabalho, força-os a fazer outra coisa. A expressão “a gente se prende no que cai” (sic) surge para referir tanto as condições de trabalho que se apresentam quanto o trabalho com os pacientes que os chamam. Ambos fazeres, por mais repetitivos que sejam, exigem que os trabalhadores se desdobrem para atender tanto os rebocos que despencam quanto os pacientes que os solicitam. Uma duplicação de gestos que envolvem problemas cujo destino nunca parece ser solucionado. A tinta segue descascando. Os trabalhadores-vertigem<sup>9</sup> seguem interpelados por uma dança furiosa. Tomados pelo intempestivo, seguem trançando seu corpo, fazendo de um repetido e insistente trabalho uma forma de diferenciar-se, de seguir entre as salas antes abandonadas, as quais nos fazem lembrar um fazer *clandestino*. Ainda assim, contam que se alegram com os acenos dos pacientes que os acompanham desde o portão, ao mesmo tempo em que recordam do medo que tinham ao ouvir falar do São Pedro. Entre as indiscernibilidades da loucura e do prédio que os abriga, os fazeres se adensam ao longo dos anos, criando – pensamos – novas territorializações

<sup>9</sup> Referência às Casas de Chaim Soutine, acerca do que Deleuze & Guattari dizem: “é do caos que saem as casas embriagadas de Soutine, chocando-se de um lado e do outro, impedindo-se reciprocamente de nele recair” (In: O que é a Filosofia, 1992, p. 262).

aos modos de trabalhar, as quais foram produzindo a Oficina e o Ateliê. Temos o desafio, com isso, de tentar dizer da variação sem perder as forças, sem pender na ribanceira com as ventanias que tais situações interpelam a todos.

Os trabalhadores contam que as recentes chuvas entram para os registros do arquivo, através de um ofício-informante. Diante disso, a organização oficial do trabalho passa a reconhecer o já conhecido estado das condições arquitetônicas do local. Entre vistorias que destinam o olhar apenas para as insurgentes goteiras, os trabalhadores instantaneamente apontam, ainda que atônitos, suas atuais localizações: “aqui e ali e ali e ali e ali” (sic). Os olhares passam a buscar uma sala para levar os materiais removidos das salas que estão alagadas. Acerca dessa situação, rumo-rejam-se silêncios frente à organização oficial do trabalho, o que pensamos ser um risco capcioso. Falamos disso, pois, durante a análise coletiva dessas relações de matérias – arquitetônicas, modos de trabalhar e gestão da organização do trabalho –, paralisamos todos, por instantes. Todos em um mesmo tempo, impregnados por um velho hábito: uma subordinação silenciada, que nos impede de agir. À revelia de sua participação – diríamos –, existência, é como surge o incômodo relatado. Acerca disso, mas a partir de outras séries de análises coletivas, que operam de forma disjuntiva sobre os enunciados, surgem as dramáticas do trabalho que envolvem uma paciente que costuma se embriagar rapidamente, quando já não chega brava ao trabalho, tornando-se, recorrentemente, pauta das reuniões. Na análise coletiva, esta paciente também é mencionada, a respeito da qual dizem que ela “não sabe como lidar com as situações” e, por isso briga. Surge um “mas é pela doença dela” (sic).

Lançamos uma questão-tensão, para não mais hesitar, para rachar o silêncio de outrora. Por um coletivo que palpita, grudamos na vontade de que

ocorram efeitos, ainda que percebamos os riscos de tal vontade. Estamos entre e, ao invés de “ser a origem de um esforço” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 151), entramos em um fluxo delicado em que a ventania do instante se faz forte diante dos dramas que envolvem *o não saber lidar com uma situação*. Perguntamos, então: como pensar o fato de também ficarmos passíveis diante de uma organização oficial do trabalho que vistoria e determina ações no espaço, sem considerar a participação de quem ali trabalha, deixando estes sem saber como lidar com a situação? Não estaríamos também doentes?

Podemos dar um riso coletivo, um pouco eufórico, engasgado. Alguém diz que essas são algumas das dificuldades deles, como trabalhadores. Como uma aberração anômala, pareceu demais chamar-nos a todos de doentes, ainda que tenhamos nos incluído nesse fluxo de passividade-doença, em que um instante hesitante e compartilhado contraiu uma série de elementos territoriais. Nesse emaranhado, surgem as questões de uma política do encontro: fazer do momento coletivo de análise da atividade um dispositivo que faz ver e falar o agenciamento em que nos encontramos, incluindo o pesquisador. Pensamos que, ao intervir, também captamos forças que banham esse território, pois, diante da tentativa de falar das ações habitadas, atualizamos virtualidades que lhe são imanentes.

Estamos encharcados por essa água desterritorializante e corremos – todos – o risco de nos perder entre o que falamos, diante do que pensamos e não conseguimos expressar, ou ainda acerca do que sonhamos que se atualize, embora não saibamos precisamente como se dramatizarão tais forças. Como tais, os ritmos críticos desse território também se enunciam a partir da vistoria, diante da qual surge uma imagem desta como uma visita de estrangeiros que chegam a terra sem dono. Apontamos se não se tratava de uma ocasião em que os ges-

tores aproveitavam a situação para conhecer os espaços e as atividades que ali se desenvolviam. Titubearam e pensaram em algumas questões de gênero ao compararem com procedimentos empregados pelas gestões anteriores. Isso nos faz pensar no surgimento de um componente territorial que coloca o fazer dos cuidados como prioritariamente atribuído às mulheres e que, neste caso, envolve a forma como percebem os modos de gestão.

Discorrendo por outra via, as análises engendram também articulações de enfrentamento, as quais dramatizam linhas de um fazer coletivo. Isso ocorre pois os trabalhadores pensaram em algumas ações tendo em vista o suposto desconhecimento dos gestores acerca do espaço físico que envolve a Oficina e o Ateliê. Por exemplo, propuseram chamar os gestores para apresentar as atividades que fazem, mostrando seu espaço de trabalho. Fizeram, ainda, relações transversais com o trabalho que realizam com os usuários e com as implicações de uma coisa em outra. De uma imagem do outro como totalizante, surgem brechas, em que as linhas desterritorializantes que partem dos componentes arquitetônicos arrastam análises que envolvem uma “processualidade gerativa” (AMADOR, 2009b, p. 4), que se dá durante o trabalho terapêutico e o da equipe. Embora não se saiba o quanto essas ações se efetivarão, pensamos que elas já são expressividades produzidas no encontro entre os trabalhadores, articulando, desse modo, um coletivo de trabalho.

#### 4.2 Chaves sonhadas e perdidas: da análise à ação pelo coletivo de trabalhadores

Outras imagens que fizeram ressoar componentes territoriais acerca de situações de trabalho e da problemática arquitetônica também apresentam marcas de sonhos que não se realizam e de coisas que não conseguem mudar. Contudo, tais imagens envolvem a criação

da cena a ser fotografada, na qual podemos supor, já ao olhar a imagem, a produção de pensamento que se engendrou no ato fotográfico<sup>10</sup>.

Falamos de uma fotografia do armarinho de chaves – que geralmente está carregado de muitos molhos de chaves, correspondentes às muitas portas da Oficina e do Ateliê –, em que aparece apenas uma chave, sobre a qual seu autor escreveu uma etiqueta com a palavra “solução”. Essa imagem da “chave da solução” e outra em que aparecem notas de dinheiro amassadas – com a justificativa de dar volume à imagem – são narradas fazendo referência também ao sonho de ver o prédio restaurado. Através dessas marcas indiciárias, os trabalhadores referem-se à escassez de recursos para a manutenção das instalações de trabalho e à dificuldade de encontrar solução para esta situação, entre as muitas portas que cerceiam os espaços, considerando-se, ainda que, em certa época, tivessem sido anunciados recursos para as reformas de um dos pavilhões do prédio e do telhado.

Em um dos encontros posteriores a esse, as problemáticas advindas dos inúmeros molhos de chaves surgem como análise, propiciando uma reorganização do trabalho coletivo. Vem à tona a discussão acerca da situação em que, por receio de que uma porta ficasse aberta, esta é trancada com um cadeado, ocasionando a apreensão dos pertences de um dos trabalhadores, que apenas havia ido almoçar. Contam que, ao ir atrás da chave, foi difícil achar a certa, devido ao grande número de molhos que estavam na gaveta. Isso é trazido à discussão, segundo mencionam, em uma tentativa de ampliá-la, a fim de pensar no motivo da existência de tantas chaves e do fato de não haver identificação que permita saber a qual porta pertencem. Diante disso, outros discorrem sobre a forma como o setor de manutenção vai dando conta das intercorrências de traba-

lho, ou seja, vai arrumando na urgência, dando muitas vezes uma solução improvisada e temporária, com os recursos que existem, e que, muitas vezes, torna-se permanente. A discussão pende para outras situações que exemplificam a burocratização das ações.

Em decorrência do fato de que essa análise se manteve sob problematizações sem uma proposição resolutive, chegamos a outro encontro com uma suspeita de que os gestos historicizados persistissem. Afinal, como tais, estes envolvem uma força mantenedora do gênero da atividade nesse território. Contudo, para nossa surpresa, percebemos que as chaves estavam identificadas e, assim como a etiqueta que dizia *solução*, uma grafia à mão parecia ser a expressão de uma ação-pensamento. Ainda que algum dos trabalhadores tenha tomado à frente nesse fazer, trata-se também de uma desterritorialização dos gestos mais ordinários que envolvem o trabalho, por meio tanto da produção da imagem quanto do coletivo de trabalho.

4.3 Rede e suas disjunções: “será que não estamos institucionalizados (...)?”

Alguns trabalhadores anunciam que estão “fora da rede” (sic) logo que chegam de uma reunião dos serviços de atenção secundária. Isso ocorre pois a condição de estar dentro de um Hospital desconfigura as possibilidades de que a Oficina e o Ateliê obtenham recursos financeiros destinados aos serviços de saúde com características de trabalho, como a destes espaços. Trata-se de um impacto já circundante, pelos poucos recursos materiais de que dispõem para desenvolver atualmente as diversas modalidades expressivas. A partir disso, ressoam perguntas quase silenciosas sobre outros efeitos desta situação, para as quais ainda não surgem respostas. Pensamos que a denominação de que estão fora da rede, ainda que se opere claudicante, tenciona um instante presente, no qual se contraem uma série de

<sup>10</sup> Presume-se que tal produção do pensamento também se engendrou às demais produções de imagens. Contudo, nestas em que se tornaram visíveis os fazeres do ato fotográfico, pode-se vislumbrar os movimentos do pensamento com mais nitidez.

problemáticas do real da atividade que os trabalhadores enfrentam.

Acerca disso também surge o relato de uma conversa realizada entre alguns trabalhadores sobre a proposição de pesquisa, a saber, para que fotografassem sua atividade, desde o ponto de vista do real do trabalho. Diante disso, analisam que o pedido não restringia que tirassem fotos dentro do Hospital, chegando a se perguntarem: “será que não estamos institucionalizados, que não conseguimos pensar nosso trabalho fora do hospital, tirando, por exemplo, fotos dos pacientes na rua (...)?”. Nessa análise, percebemos movimentos do pensamento no processo de fotografar, já demonstrando que a produção de imagens, ao se deparar com a proposição, compõe-se a partir de um plano problemático. Isso se dá, pois, sobretudo nessa situação, o trabalhador se vê entre o que pode criar imagetivamente em relação ao seu fazer e o território em que este fazer ocorre.

Nesse entremeio, surge, em um encontro seguinte, uma fotografia em que, no centro, aparece uma trama de crochê e, nas duas extremidades desta, pedaços de panos de prato. Depois de a imagem circular entre os participantes do encontro, alguém percebe que, na verdade, são dois panos de prato, com bordas em crochê, cujos pontos formam uma trama pontiaguda. Como foram alinhados em justaposição, produziu-se certa ilusão, já que, à primeira vista, aparentam que se trata de um só crochê. Em seguida, vemos outro efeito produzido por essa imagem através das cores das linhas, já que uma é amarela e a outra amarelo-alaranjada, o que nos faz pensar no encontro dos diversos pontos dessa rede, ainda que se conservem suas distinções, ou mesmo as vias de miscigenação entre os fios.

Além disso, os trabalhadores contam que os panos de prato são feitos por uma paciente e vendidos por outra, o que, além de fazer pensar nessa organização entre produção e venda, en-

volve essa dimensão de uma vida que passa a se voltar para fora do Hospital. Trata-se, nesse sentido, de uma rede de fazeres, que deslocam posições acerca de como podem agenciar-se à máquina capitalística. Acerca disso, referem também, incluindo outra imagem que foca o centro de uma flor, o desejo de que essa rede se prolifere, assim como o mandala – frequentemente referido no trabalho terapêutico de Nise da Silveira, o qual inspira parte de suas proposições de trabalho –, que se expande em círculos.

No quarto encontro desta pesquisa, que previa a análise das produções fotográficas coletivamente, a partir das falas, buscando elementos que se repetiram e que foram objeto de surpresa, tais análises acerca da rede foram as que ganharam destaque. Isso se deu, pois os trabalhadores apontam que tais análises e informações são novidade nas discussões do trabalho.

## 5 Considerações finais

O plano problemático aqui tramado insiste em situar-se no presente, com vistas a fazer proliferar a potência clínico-institucional desencadeada através da análise da atividade pelo coletivo de trabalhadores. Considerando algumas das inteligibilidades dos modos de trabalhar com a loucura, as quais puderam ser compartilhadas nos encontros da pesquisa, pudemos constatar uma série de operações que criaram disjunções em gestos e palavras há muito fixados. As análises produzidas tiveram desdobramentos distintos, o que acreditamos advir dos diferentes componentes territoriais que envolvem esses modos de trabalhar e que puderam ser enunciados pelo Dispositivo Clínico - Institucional de Análise da Atividade empregado.

Dentre tais componentes, ressaltamos aqueles que engendraram discussões e proposições acerca das condições e da organização do trabalho e da relação da Oficina e do Ateliê com a rede

de saúde mental. Tais aspectos puderam dar a ver como o real da atividade incide acerca dos fazeres cotidianos de trabalho, territorializando-os. Assim, as questões arquitetônicas, como expressão do real da atividade, tornaram-se amplamente fotografadas, evidenciando as dificuldades que emergem acerca das condições de trabalho.

Quanto às condições de trabalho, os alagamentos e as infiltrações após qualquer chuva forte são alvo da análise pelos trabalhadores, sobretudo pelos transtornos e riscos que causam. Tais aspectos parecem tornar visíveis as “relações entre matérias de expressão” que compõem esse território (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 125). São encontros também clandestinos, que, “tendo a maior força de desterritorialização, produzem também as mais maciças reterritorializações” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 166), diante dos quais nos parece difícil que os olhares cotidianos também não se habituem à precariedade das instalações. Por essa via, temos dramatizações de forças que ativam um comum, no qual se compartilha, através da função coletiva do trabalho, mais do que o acesso, a expansão de um “instrumento genérico no decorrer da atividade” (CLOT, 2010b, p. 179). Falamos, desse modo, de um comum que se tece quase imperceptível, mas que compõe uma “história comum de reorganização do trabalho coletivo pelo coletivo de trabalho”, a qual, através dos gestos que estilizam o gênero profissional, presumimos, amplifica a poder de agir dos trabalhadores (CLOT, 2010b, p. 167). Assim, tais análises coletivas da atividade mostram-se como instrumento sutil e amplificador das ações do coletivo de trabalho.

Quanto à organização do trabalho, temos uma análise predominante em torno das chaves perdidas e sonhadas. A chave como componente desterritorializante ativa um pensamento, visto que percorre enunciados entre o que se fala e o que parece ir sendo deixado para depois em relação a uma efetiva

solução. Falamos de uma análise em que as proposições ficam difusas, ainda que engendrem vias de discussão que ultrapassam os momentos do encontro. Pensamos, com isso, nas justificativas que vão surgindo acerca do longo tempo de acúmulo das chaves, que é marcado pelas mudanças de salas, pelas trocas de fechadura e pelo abandono das antigas nos molhos e nas gavetas. As marcas de uma circulação que as chaves não prescindem de carregar – sobretudo, no contexto do Hospital –, abrindo e fechando espaços, engendram-se em um tempo Histórico, diante do qual alguns trabalhadores chegam a pontuar a reiteração dos gestos cotidianos que se acalentam com a repetição e manutenção do mesmo. Trata-se, nesse sentido e como já mencionamos<sup>11</sup>, de uma História totalitária, que busca capturar as ações através de inteligibilidades já circunscritas àquele meio.

Quanto à rede de saúde mental e aos espaços de formação no trabalho, temos a discussão analisada pelos trabalhadores que expressa uma desarticulação frente à Política de Educação Permanente. Esta, quando produzida na intersecção entre educação e trabalho e realizada pelas equipes, poderia amplificar os espaços coletivos, em que as disjunções estariam sob instantes potenciais, visando, desse modo, a construção de estratégias para o desenvolvimento das políticas de saúde. Por essa via, uma espécie de miscigenação das linhas de uma rede-crochê aponta para caminhos em desterritorialização, os quais ainda não se deixam apreender por uma forma pronta, tampouco conseguem ser pensados quanto a formas de reorganização do trabalho para uma articulação dessa rede. A força que captamos nessas análises não está, portanto, nos desdobramentos e nas proposições, como ocorreu nas análises da atividade até aqui, nas quais evidenciamos uma reorganização pelo coletivo de trabalho.

<sup>11</sup> Referimo-nos à diferenciação feita na seção *Entre dramas e devires: histórias inventadas*, em que distinguimos a História totalizante daquela história que se inebria por devires.

Pensamos que a força de tal novidade está em trazer esse componente que, de alguma forma, surge como externo ao território, com vistas a fazê-lo coexistir com os paradoxos que envolvem a articulação de uma rede de saúde mental.

A respeito de tais paradoxos, apontamos a discussão advinda da pesquisa de Zambenedetti & Neves (2008, p. 146), que discorre a respeito do fato de que a atual rede de saúde mental não envolve apenas “um único modelo teórico e assistencial, mas sim um acoplamento de diferentes modelos”. Tal composição histórica imbrica-se, segundo os autores, em uma série de descontinuidades, que parece relacionar-se com essa dimensão desterritorializante que a aparição da discussão da rede traz aos trabalhadores.

Assim, percebe-se que os paradoxos se impregnam à rede que, ao mesmo tempo em que propicia a vinculação de alguns pacientes à Oficina e ao Ateliê, mantém esses espaços em desconexão diante dos recursos financeiros. E mais ainda – poderíamos pensar – os mantém à margem da Política de Educação Permanente, tal como prevista pelo Sistema Único de Saúde, já que “a análise coletiva dos processos de trabalho permite a identificação dos ‘nós críticos’”, assim como a construção de estratégias que articulem as políticas gerais com as especificidades de cada local (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p. 251). Falamos disso reiterando a fala dos trabalhadores que mencionam e percebem, além da inexistência de um programa de capacitações, as fraturas entre as análises que empreendem em seu cotidiano de trabalho em relação às políticas de saúde mental. Por essa via, é que a rede – e as articulações que esta tende a imbricar entre a atenção e a gestão da saúde –, enuncia e faz comunicar uma série disjuntiva entre as legislações e os fazeres. Discorremos sobre isso pois as análises que envolvem esse tema se expressam, também, por suspensões e silêncios, o que pensamos serem linhas de visibilidade diante dos

desafios que envolvem a integração de tal rede (ZAMBENEDETTI; NEVES, 2008, p. 146).

Acerca dos fazeres que se territorializam nessa trama, adicionamos, ainda, o que propõe Clot a respeito da apropriação de um gênero profissional, em que a “não dominação do gênero e suas variantes impede a elaboração do estilo” (2010b, p. 126). Trazemos isso a fim de pensar se não seriam estas as vias efetuadas por um retrógrado movimento que mantém a repetição do mesmo, uma vez que os mesmos componentes territoriais que produzem denominações do tipo “*alcunhas*” para os pacientes parecem manter os trabalhadores “*desnomeados*” como agentes de um fazer político. Dessa forma, tendem a permanecer aquém de uma política que propõe que os próprios coletivos pensem seu fazer, engendrados em articulações com uma rede de saúde. Trata-se ainda de traços de isolamento, através do qual as notícias de um mundo extramuros ainda chegam esparsas. Falamos, desse modo, de um gênero profissional, que, imbricado nos movimentos de desinstitucionalização da loucura, através das diretrizes de tal política, está em vias de construção, mas precisa reterritorializar e habitar um comum no território das práticas de saúde mental. Por essa via é que podemos produzir estilizações desse fazer, ou seja, através de um coletivo de trabalho que as sustente e que, ao mesmo tempo, invente novos modos de *pensar-agir*. Trazemos tal problematização arrastados pelas vias macropolíticas, as quais implicam, no mínimo, a promoção e divulgação das diretrizes de trabalho, que se fazem necessárias para expandir as situações que possam advir diante de fazeres minoritários que as encontram. Ainda assim, como já mencionamos, o pensar e o agir, mesmo nessa trama precária, podem dar a ver suas vias de estilizações, as quais se aproximam e se distanciam do movimento de desinstitucionalização da loucura, em um jogo incessante e, muitas

vezes, imperceptível.

Analisamos, ainda, que o uso da imagem nesta pesquisa amplificou a maquinaria em que se produzem os fazeres, traçando uma atividade comum entre os trabalhadores. Isso abriu linhas de pensamento através da produção de cenas “extraordinárias” (AMADOR, 2011)<sup>12</sup>, sem deixar de que se analisassem as atividades “ordinárias”, quando se discutiam, por exemplo, os gestos que persistem sorrateiros aos fazeres. Pensamos, com isso, que se trata de afirmar que os coletivos de trabalho têm a potencialidade de realizar análises que os levem a reorganizar seus fazeres. Além do mais, também acreditamos que a produção de imagens amplifica tais análises acerca do cotidiano, promovendo encontros entre séries de componentes territoriais que imbricam os modos de trabalhar, fazendo-os entrar em disjunção. Desse modo, as atualizações dos gestos e dos enunciados acessam virtualidades que lhe são imanentes, tornando visíveis estilizações do gênero profissional.

Desse modo, cabe reiterar que se trata de afirmar que, através das análises, os coletivos de trabalho amplificaram seu poder de agir e de afetar a organização do trabalho. Isso se deve ao fato de que, sobretudo com a produção de imagens, criaram-se modos de fazer ver e fazer falar sobre um cotidiano que se situa entre formas estabelecidas e a invenção de gestos e enunciados antes imperceptíveis.

<sup>12</sup> Considera-se as problematizações feitas por Amador (2011) – acerca do projeto de dissertação que deu origem a este artigo –, as quais apontam a “conexão entre o deslocamento extraordinário provocado pela atividade de produção fotográfica (...) e as situações ordinárias enfrentadas pelos trabalhadores”.

## Referências

1. AMADOR, F. S. **Entre prisões da imagem, imagens da prisão**: um dispositivo tecno-poético para uma clínica do trabalho. Tese (Doutorado em Informática na Educação). Orient. Tania Mara Galli Fonseca. Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009a.
2. AMADO. Análise da Atividade como dispositivo clínico-institucional nas práticas em saúde mental. In: XV Encontro Nacional da ABRAPSO: psicologia social e políticas da existência - fronteiras e conflitos. Maceió, 2009b.
3. \_\_\_\_\_. Parecer sobre proposta de dissertação de Vera Lúcia Inácio de Souza, intitulada “Entre intensidades do trabalhar: pesquisa-clínica-da-atividade com coletivos de trabalhadores da Oficina de criatividade e Ateliê de Artes do Hospital Psiquiátrico São Pedro”. In: **Arquivos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional**, 2011.
4. CLOT, Y. **Clínica da atividade e repetição**. Disponível em: <http://www.pqv.unifesp.br/ClinicadaAtividadeeRepeticaoYvesClot.pdf>. 2002.
5. \_\_\_\_\_. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
6. \_\_\_\_\_. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. Conferência proferida em 18/09/2007 e posteriormente publicada. Em **Fractal: Revista de Psicologia**. V. 22, n. 1, p. 207-234, Jan/Abr. 2010a.
7. \_\_\_\_\_. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b.
8. DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.
9. \_\_\_\_\_. Método da dramatização. In: **A ilha deserta - e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2010.

10. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- 11.\_\_\_\_\_. **Mil Platôs 1.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- 12.\_\_\_\_\_. **Mil Platôs 3.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- 13.\_\_\_\_\_. **Mil Platôs 4.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
14. DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.
15. GUILLIER, D. Comentando as noções de “implicação e transdução” de René Lourau. **Revista do Departamento de Psicologia- UFF**, v.16, n. 2, p.11-16, 2004.
16. FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. In: **Psicol. Soc.**, v. 16, n. 3, 2004.
17. FOUCAULT, M. An Interview with Stephen Riggins. In: **Dits et Écrits Vol. IV**, pp. 525-538. Tradução por Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Gallimard, 1994.
18. HOSPITAL PSIQUIATRICO SAO PEDRO, Comitê de Ética em Pesquisa. Parecer referente ao projeto de pesquisa intitulado “Trabalho em saúde mental: pesquisa-clínica-da-atividade com coletivo de trabalhadores da Oficina de Criatividade do Núcleo de Atividades Expressivas Nise da Silveira do Hospital Psiquiátrico São Pedro”, nº 11029, 2011.
19. KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo:** uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
20. MACHADO, R. **Deleuze, a arte a filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
21. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **O SUS de A a Z –** Garantindo Saúde nos Municípios. Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus\\_3edicao\\_completo.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf). Acesso em: 29 fev. 2012.
22. NEUBARTH, B. E. Vassouras e pincéis: fundando novos lugares. In: **Vidas do Fora:** habitantes do silêncio. Luciano Bedin da Costa; Tania Mara Galli Fonseca. (Org.). Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2010.
23. OSÓRIO, C. Experimentando a fotografia como ferramenta de análise da atividade de trabalho. In: **Informática na Educação - teoria e prática**, v. 13, n. 1, pág. 41-49. Porto Alegre, jan/jun. 2010.
24. PASSOS, E.; BENEVIDES, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana Escossia (Org.). **Pistas do Método da Cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
25. PELBART, P. P. **O tempo não-reconciliado:** imagens de tempo em Deleuze. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.
26. SANT’ANNA, D. B. Fugir do próprio rosto. In: Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto (Org.). **Figuras de Foucault**, v. 1, p. 87-96. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
27. SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. In: **Trabalho & Educação**, nº 7. Belo Horizonte: jul/dez, 2000a.
- 28.\_\_\_\_\_. Trabalho e uso de si. In: **Proposições**, v. 1, n. 5(32), julho, 2000b.
- 29.\_\_\_\_\_. Trabalho e saber. In: **Revista do NETE**, v.13, n.1, jan/jun, 2003.
30. ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. (2008) A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p. 131-150, jun.2008.